

ÍNDICE

PREFÁCIO À 5.ª EDIÇÃO	8	ANEXO N.º 11 – BALANÇO (MODELO PARA ESNL)	125
NOTA PRÉVIA	9	ANEXO N.º 12 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (MODELO PARA ESNL)	126
ENQUADRAMENTO	10	ANEXO N.º 13 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES (MODELO PARA ESNL)	127
1 – AS RAZÕES PARA A HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	10	ANEXO N.º 14 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS (MODELO PARA ESNL)	128
2 – O INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD	12	ANEXO N.º 15 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (MODELO PARA ESNL)	130
3 – A UNIÃO EUROPEIA	13	ANEXO N.º 16 – ANEXO (MODELO PARA ESNL)	131
ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (SNC)	16	ANEXO N.º 17 – PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS/PATRIMÓNIO FIXO E DIREITOS E COMPROMISSOS FUTUROS (MODELO PARA ESNL)	134
1 – ORIGEM DO SNC	16	ANEXO N.º 18 – BALANÇO (MODELO PARA MICROENTIDADES)	135
2 – CARACTERIZAÇÃO DO SNC	16	ANEXO N.º 19 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (MODELO PARA MICROENTIDADES)	137
3 – O ATUAL REFERENCIAL CONTABILÍSTICO PORTUGUÊS	19	6 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E DE RELATO FINANCEIRO (Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, substituído pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho*)	138
4 – A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA EM PORTUGAL	22	NCRF 1 – ESTRUTURA E CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	138
5 – O REFERENCIAL CONTABILÍSTICO PORTUGUÊS APLICÁVEL AOS PERÍODOS QUE SE INICIEM EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2016	24	NCRF 2 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	143
6 – LIGAÇÃO ENTRE O SNC E O CÓDIGO DO IRC	27	NCRF 3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF	148
1.ª PARTE	31	NCRF 4 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	152
SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		NCRF 5 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	159
1 – DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho*	32	NCRF 6 – ATIVOS INTANGÍVEIS	162
2 – ANEXO AO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro e as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho*	42	NCRF 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	178
3 – ESTRUTURA CONCEPTUAL (Aviso n.º 15 652/2009, de 7 de setembro, substituído pelo Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho*)	49	NCRF 8 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS	186
4 – CÓDIGO DE CONTAS (Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro, substituída pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho*)	60	NCRF 9 – LOCAÇÕES	193
QUADRO-SÍNTESE DE CONTAS	61	NCRF 10 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	200
CÓDIGO DE CONTAS	62	NCRF 11 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	203
NOTAS DE ENQUADRAMENTO	68	NCRF 12 – IMPARIDADE DE ATIVOS	216
5 – MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, substituída pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho*)	76	NCRF 13 – INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	228
ANEXO N.º 1 – BALANÇO	78	NCRF 14 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	239
ANEXO N.º 2 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	80	NCRF 15 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO	249
ANEXO N.º 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	82	NCRF 16 – EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	254
ANEXO N.º 4 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	84	NCRF 17 – AGRICULTURA	257
ANEXO N.º 5 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	88	NCRF 18 – INVENTÁRIOS	263
ANEXO N.º 6 – ANEXO (MODELO GERAL)	89	NCRF 19 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	268
ANEXO N.º 7 – BALANÇO (MODELO REDUZIDO)	114	NCRF 20 – RÉDITO	273
ANEXO N.º 8 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (MODELO REDUZIDO)	116	NCRF 21 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	277
ANEXO N.º 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES (MODELO REDUZIDO)	118	NCRF 22 – CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO E DIVULGAÇÃO DE APOIOS DO GOVERNO	287
ANEXO N.º 10 – ANEXO (MODELO REDUZIDO)	119	NCRF 23 – OS EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	292
		NCRF 24 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	300
		NCRF 25 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	304
		NCRF 26 – MATÉRIAS AMBIENTAIS	315
		NCRF 27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	323
		NCRF 28 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	333
		7 – NORMA CONTABILÍSTICA E DE RELATO FINANCEIRO PARA PEQUENAS ENTIDADES (Aviso n.º 15 654/2009, de 7 de setembro, substituído pelo Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho*)	351

* Para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

8 – NORMAS INTERPRETATIVAS (Aviso n.º 15 653/2009, de 7 de setembro, substituído pelo Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho*)	390	CAPÍTULO 2 – ESTRUTURA CONCEPTUAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	580
NI 1 – CONSOLIDAÇÃO – ENTIDADES DE FINALIDADES ESPECIAIS	390	2.1 – INTRODUÇÃO	580
NI 2 – USO DE TÉCNICAS DE VALOR PRESENTE PARA MENSURAR O VALOR DE USO	391	2.2 – OBJETIVO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	581
9 – REGULAMENTO (CE) N.º 1606/2002 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 19 DE JULHO, RELATIVO À APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	395	2.3 – AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	582
10 – REGULAMENTO (CE) N.º 254/2009 DA COMISSÃO, DE 25 DE MARÇO (Inclui IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços)	399	2.4 – ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	583
11 – DECRETO-LEI N.º 134/2012, DE 29 DE JUNHO (Aprova o Regime Jurídico de Organização e Funcionamento da CNC)	405	2.5 – RECONHECIMENTO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	584
12 – DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO (Procede à transposição da Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013)	411	2.6 – MENSURAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	585
13 – DECRETO-LEI N.º 36-A/2011, DE 9 DE MARÇO** (Aprova os regimes da Normalização Contabilística para as Microentidades e para as Entidades do Setor Não Lucrativo – ESNL – inclui as alterações do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho)	429	2.7 – O CONCEITO DE CAPITAL E DE MANUTENÇÃO DE CAPITAL	592
14 – NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA MICROENTIDADES	440	CAPÍTULO 3 – AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXIGIDAS PELO SNC	593
PORTARIA N.º 107/2011, de 14 de março*** (Aprova os códigos de contas para microentidades)	440	3.1 – INTRODUÇÃO	593
PORTARIA N.º 104/2011, de 14 de março*** (Aprova os modelos de demonstrações financeiras das microentidades)	448	3.2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	594
Aviso n.º 6726-A/2011, de 14 de março (Homologou a Norma Contabilística para Microentidades), substituído pelo Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho*	453	3.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	600
2.ª PARTE	465	3.4 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	603
EXPLICAÇÕES/COMENTÁRIOS		CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	606
CAPÍTULO 1 – NATUREZA E MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS	467	4.1 – INTRODUÇÃO	606
1.1 – INTRODUÇÃO	467	4.2 – A NORMA DA CNC	606
1.2 – NATUREZA E MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DO SNC	471	4.3 – DEFINIÇÕES	607
CONTAS DA CLASSE 1	471	4.4 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	607
CONTAS DA CLASSE 2	474	4.5 – ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS	608
CONTAS DA CLASSE 3	500	4.6 – ERROS	609
CONTAS DA CLASSE 4	507	4.7 – DIFERENÇAS ENTRE ALTERAÇÃO DE ESTIMATIVAS E ERROS	609
DECRETO REGULAMENTAR N.º 25/2009, DE 14 DE SETEMBRO	514	4.8 – RESUMO DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO	610
CONTAS DA CLASSE 5	539	4.9 – EXERCÍCIOS	610
CONTAS DA CLASSE 6	548	CAPÍTULO 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	614
CONTAS DA CLASSE 7	564	5.1 – INTRODUÇÃO	614
CONTAS DA CLASSE 8	577	5.2 – A NORMA DA CNC	614
		5.3 – A DECISÃO DE CAPITALIZAR OU LEVAR A GASTOS	615
		5.4 – SOBRESSALENTES E EQUIPAMENTOS DE SERVIÇO	616
		5.5 – MENSURAÇÃO DO ATIVO BRUTO	616
		5.6 – DEPRECIAÇÕES	620
		5.7 – IMPARIDADE DE ATIVOS	625
		5.8 – DÚVIDAS FREQUENTES	625
		5.9 – EXERCÍCIOS	626
		5.10 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	630
		CAPÍTULO 6 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	636
		6.1 – INTRODUÇÃO	636
		6.2 – A NORMA DA CNC	636
		6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS DE UMA ENTIDADE	637
		6.4 – MENSURAÇÃO DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	638
		6.5 – TRANSFERÊNCIAS	640
		6.6 – DISPÊNDIOS SUBSEQUENTES	641
		6.7 – DÚVIDAS FREQUENTES	641
		6.8 – EXERCÍCIOS	642
		6.9 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	648
		CAPÍTULO 7 – ATIVOS INTANGÍVEIS	654
		7.1 – INTRODUÇÃO	654

* Para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

** Ver alterações introduzidas pelo Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

*** Revogada para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Para os exercícios que se iniciem em ou após 01/01/2016 consultar os novos textos em www.portoeditora.pt/contabilidade/sncc/materialcomplementar.

7.2 – NORMATIVO APLICÁVEL	654
7.3 – CAPITALIZAÇÃO OU RECONHECIMENTO IMEDIATO COMO GASTO DO PERÍODO	657
7.4 – MENSURAÇÃO INICIAL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS	661
7.5 – MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE AO RECONHECIMENTO INICIAL	662
7.6 – AMORTIZAÇÃO	663
7.7 – CONTRATOS DE CONCESSÃO	664
7.8 – DÚVIDAS FREQUENTES	665
7.9 – EXERCÍCIOS	665
7.10 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	668
CAPÍTULO 8 – AGRICULTURA	675
8.1 – INTRODUÇÃO	675
8.2 – A NORMA DA CNC	675
8.3 – ATIVOS BIOLÓGICOS E PRODUÇÃO AGRÍCOLA	676
8.4 – RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO	676
8.5 – APRESENTAÇÃO	677
8.6 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO	677
8.7 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ILUSTRATIVAS NUMA BASE NCRF	677
8.8 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	678
CAPÍTULO 9 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	682
9.1 – INTRODUÇÃO	682
9.2 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	684
9.3 – EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS	695
9.4 – SUBSIDIÁRIAS	709
9.5 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	712
9.6 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	725
CAPÍTULO 10 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS	731
10.1 – INTRODUÇÃO	731
10.2 – A NORMA DA CNC	732
10.3 – CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS NÃO CORRENTES (OU GRUPOS PARA ALIENAÇÃO) COMO DETIDOS PARA VENDA	733
10.4 – MENSURAÇÃO DE ATIVOS NÃO CORRENTES (OU GRUPOS PARA ALIENAÇÃO) CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA	733
10.5 – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO	734
10.6 – EXTENSÃO DO PERÍODO REQUERIDO PARA COMPLETAR A VENDA	736
10.7 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ILUSTRATIVAS NUMA BASE NCRF	737
10.8 – EXERCÍCIOS	738
10.9 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	739
CAPÍTULO 11 – INVENTÁRIOS	742
11.1 – INTRODUÇÃO	742
11.2 – A NORMA DA CNC	742
11.3 – MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS	743
11.4 – DÚVIDAS FREQUENTES	746
11.5 – EXERCÍCIOS	747
11.6 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	752
CAPÍTULO 12 – LOCAÇÕES	755
12.1 – INTRODUÇÃO	755
12.2 – A NORMA DA CNC	755
12.3 – DEFINIÇÕES	756
12.4 – DIFERENÇA ENTRE LOCAÇÕES FINANCEIRAS E LOCAÇÕES OPERACIONAIS	757
12.5 – CONTABILIZAÇÃO DAS LOCAÇÕES FINANCEIRAS	759
12.6 – CONTABILIZAÇÃO DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS	760

12.7 – RESUMO DA CONTABILIZAÇÃO DAS LOCAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS POR PARTE DO LOCATÁRIO E DO LOCADOR	761
12.8 – TRANSAÇÕES DE VENDA SEGUIDA DE LOCAÇÃO (SALE AND LEASEBACK)	761
12.9 – SITUAÇÕES ESPECÍFICAS	762
12.10 – EXERCÍCIOS	762
12.11 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	767
CAPÍTULO 13 – EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	768
13.1 – INTRODUÇÃO	768
13.2 – A NORMA DA CNC	768
13.3 – DEFINIÇÕES	769
13.4 – RECONHECIMENTO	769
13.5 – MENSURAÇÃO	769
13.6 – APRESENTAÇÃO	770
13.7 – IMPARIDADE	770
CAPÍTULO 14 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	771
14.1 – INTRODUÇÃO	771
14.2 – A NORMA DA CNC	771
14.3 – ATIVOS QUE SE QUALIFICAM	772
14.4 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	773
14.5 – RECONHECIMENTO	773
14.6 – INCLUSÃO DOS CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS NO CUSTO DOS BENS	774
14.7 – DÚVIDAS FREQUENTES	775
14.8 – EXERCÍCIOS	776
14.9 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	779
CAPÍTULO 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	782
15.1 – INTRODUÇÃO	782
15.2 – A NORMA DA CNC	782
15.3 – CRITÉRIOS PARA A CONSTITUIÇÃO (RECONHECIMENTO) DE PROVISÕES	783
15.4 – PROVISÃO PARA REESTRUTURAÇÃO	783
15.5 – CONTRATOS ONEROSOS	784
15.6 – PASSIVOS CONTINGENTES	784
15.7 – GANHOS CONTINGENTES	786
15.8 – MENSURAÇÃO DAS PROVISÕES	786
15.9 – PERDAS OPERACIONAIS FUTURAS	787
15.10 – USO DE PROVISÕES	787
15.11 – DÚVIDAS FREQUENTES	787
15.12 – EXERCÍCIOS	787
15.13 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	792
CAPÍTULO 16 – MATÉRIAS AMBIENTAIS	795
16.1 – INTRODUÇÃO	795
16.2 – A NORMA DA CNC	795
16.3 – DEFINIÇÕES	796
16.4 – RECONHECIMENTO	797
16.5 – MENSURAÇÃO DOS PASSIVOS AMBIENTAIS	798
16.6 – DIVULGAÇÕES	798
CAPÍTULO 17 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	799
17.1 – INTRODUÇÃO	799
17.2 – A NORMA DA CNC	799
17.3 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	801
17.4 – BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO	801

17.5 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	802
17.6 – OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO	806
17.7 – BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO	807
17.8 – BENEFÍCIOS DE REMUNERAÇÃO EM CAPITAL PRÓPRIO	807
17.9 – EXEMPLO DE CONTABILIZAÇÃO DE UM PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS	807
17.10 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	808
CAPÍTULO 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	812
18.1 – INTRODUÇÃO	812
18.2 – A NORMA DA CNC	812
18.3 – DEFINIÇÕES	814
18.4 – RECONHECIMENTO	815
18.5 – MENSURAÇÃO	817
18.6 – IMPARIDADE	823
18.7 – DESRECONHECIMENTO	824
18.8 – COBERTURA	824
18.9 – EXERCÍCIOS	826
18.10 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	831
CAPÍTULO 19 – RÉDITO	837
19.1 – INTRODUÇÃO	837
19.2 – NORMATIVO APLICÁVEL	837
19.3 – O QUE É O RÉDITO?	838
19.4 – RECONHECIMENTO DO RÉDITO	838
19.5 – MENSURAÇÃO DO RÉDITO	835
19.6 – EXEMPLOS ILUSTRATIVOS INCLUÍDOS COMO APÊNDICE DA IAS 18	841
19.7 – IFRIC 13 – PROGRAMAS DE FIDELIDADE DO CLIENTE	843
19.8 – EXERCÍCIOS	845
19.9 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	855
CAPÍTULO 20 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	857
20.1 – INTRODUÇÃO	857
20.2 – TIPOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	858
20.3 – ACORDOS PARA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS (IFRIC 15)	861
20.4 – ASPETOS CONTABILÍSTICOS DOS CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	861
20.5 – COMBINAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DE CONTRATOS	861
20.6 – RÉDITO DO CONTRATO	862
20.7 – CUSTOS A INCLUIR NOS CONTRATOS	862
20.8 – RECONHECIMENTO DOS RESULTADOS	865
20.9 – RECONHECIMENTO DAS PERDAS ESPERADAS	867
20.10 – DÚVIDAS FREQUENTES	868
20.11 – EXERCÍCIOS	868
20.12 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	875
CAPÍTULO 21 – SUBSÍDIOS RECEBIDOS	877
21.1 – INTRODUÇÃO	877
21.2 – A NORMA DA CNC	877
21.3 – TIPOS DE SUBSÍDIOS	878
21.4 – RECONHECIMENTO	879
21.5 – APRESENTAÇÃO DE SUBSÍDIOS	881
21.6 – REEMBOLSO DOS SUBSÍDIOS	881
21.7 – DÚVIDAS FREQUENTES	882
21.8 – EXERCÍCIOS	882
21.9 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	887
CAPÍTULO 22 – IMPARIDADE DE ATIVOS	892
22.1 – INTRODUÇÃO	892
22.2 – A NORMA DA CNC	892
22.3 – COMO CALCULAR UMA PERDA POR IMPARIDADE	894
22.4 – VALOR REALIZÁVEL LÍQUIDO	894

22.5 – VALOR DE USO	894
22.6 – TESTES DE IMPARIDADE DOS ATIVOS	895
22.7 – RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE UMA PERDA POR IMPARIDADE	896
22.8 – REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE	897
22.9 – DÚVIDAS FREQUENTES	898
22.10 – EXERCÍCIOS	899
22.11 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	905
CAPÍTULO 23 – OS EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	908
23.1 – INTRODUÇÃO	908
23.2 – A NORMA DA CNC	909
23.3 – TRANSAÇÕES REALIZADAS EM MOEDA DIFERENTE DO EURO	909
23.4 – USO DE UMA MOEDA DE APRESENTAÇÃO DIFERENTE DA MOEDA FUNCIONAL	911
23.5 – EXERCÍCIOS	911
23.6 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	912
CAPÍTULO 24 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	913
24.1 – INTRODUÇÃO	913
24.2 – DIFERENÇAS ENTRE A CONTABILIDADE E AS REGRAS FISCAIS	913
24.3 – A NORMA DA CNC	915
24.4 – DEFINIÇÕES	915
24.5 – O MÉTODO DO EFEITO FISCAL	916
24.6 – RECONHECIMENTO DE ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E DE PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	918
24.7 – MENSURAÇÃO	919
24.8 – CONTABILIZAÇÃO DE IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS	921
24.9 – APRESENTAÇÃO	921
24.10 – DÚVIDAS FREQUENTES	922
24.11 – EXERCÍCIOS	923
24.12 – ASPETOS FISCAIS RELEVANTES	928
CAPÍTULO 25 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	935
25.1 – INTRODUÇÃO	935
25.2 – A NORMA DA CNC	935
25.3 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO E SEUS TIPOS	936
25.4 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO AJUSTÁVEIS	936
25.5 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO AJUSTÁVEIS	937
25.6 – CONTINUIDADE	937
25.7 – EXEMPLO DE DIVULGAÇÃO DE ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	938
25.8 – EXERCÍCIOS	938
CAPÍTULO 26 – PEQUENAS ENTIDADES	939
CAPÍTULO 27 – APRECIÇÃO CRÍTICA DAS NCRF	945
CAPÍTULO 28 – PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS NCRF E AS IAS/IFRS	947
CAPÍTULO 29 – RESUMO DAS ALTERAÇÕES AO SNC EM 2015 FACE À VERSÃO ANTERIOR E ALTERAÇÕES DECORRENTES DA TRANSPOSIÇÃO DA DIRETIVA DA CONTABILIDADE	951
ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ILUSTRATIVAS ELABORADAS DE ACORDO COM AS NCRF	
BALANÇO CONSOLIDADO	I
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	II
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	III
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	IV
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	V
ANEXO	VI